



Atenção Integral à Saúde Mental na Clínica Geral: O Papel do Médico Não Especialista

Carlos Kennedy Tavares Lima¹

Resumo: A saúde mental é um elemento fundamental do bem-estar geral, impactando diretamente a qualidade de vida, a funcionalidade e o bem-estar dos indivíduos. Na atenção primária à saúde, o médico clínico geral tem um papel crucial na detecção precoce, no tratamento inicial e no encaminhamento apropriado de distúrbios mentais, especialmente em áreas onde há falta de especialistas. Este estudo analisa a função do médico não especializado na prática clínica em saúde mental. O profissional sem especialização é essencial na promoção da saúde mental no Brasil. Ao atuar como um agente de escuta, acolhendo e prestando cuidados iniciais, ele contribui para a formação de um modelo de atendimento integral, centrado nas necessidades da pessoa. Reforçar sua atuação é vital para assegurar o acesso universal e justo à saúde mental.

Palavras-chave: Atenção Integral. Saúde mental. Médico não especialista.

Comprehensive Mental Health Care in General Practice: The Role of the Non-Specialist Physician

Abstract: Mental health is a fundamental element of overall well-being, directly impacting individuals' quality of life, functionality, and well-being. In primary care, general practitioners play a crucial role in the early detection, initial treatment, and appropriate referral of mental disorders, especially in areas where there is a shortage of specialists. This study analyzes the role of the non-specialist physician in clinical mental health practice. Non-specialist professionals are essential in promoting mental health in Brazil. By acting as listening agents, welcoming patients, and providing initial care, they contribute to the development of a comprehensive care model centered on the individual's needs. Strengthening their role is vital to ensuring universal and fair access to mental health care.

Keywords: Comprehensive Care. Mental Health. Non-Specialist Physician.

¹ Medicina pela Universidade Federal da Paraíba. Residência Médica em Neurocirurgia pelo Hospital Santa Marcelina em São Paulo. Pós-graduação em Medicina Legal pela Faculdade Unyleya. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (Assuncion-PY). Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC-SP. Pós-graduação lato sensu em Neuropediatria pela Afya Educação Médica. Professor/Preceptor da disciplina de Neurologia da Universidade Federal de Campina Grande. Bacharel em Direito pela UNILEÃO. carloslimatavares@uol.com.br.

Introdução

A atenção primária representa a principal via de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando um papel crucial no acolhimento e acompanhamento dos usuários em suas variadas necessidades, incluindo questões ligadas à saúde mental. O médico generalista, ao trabalhar nesse nível, precisa estar preparado para identificar sinais de angústia psicológica, realizar uma escuta atenta e implementar intervenções iniciais, como oferecer suporte emocional, prescrever medicamentos e direcionar os pacientes a serviços especializados quando necessário (Ministério Público Federal, 2022).

O propósito deste artigo foi discutir o papel desses profissionais na assistência completa à saúde mental, destacando os obstáculos, as oportunidades e as alternativas viáveis para aumentar a efetividade e a humanização dos atendimentos.

Princípios Teóricos: Definindo a Abordagem Holística da Saúde Mental

A atenção abrangente à saúde mental é uma ideia que surge da necessidade de ir além de modelos de cuidado fragmentados e centrados em hospitais, sugerindo uma abordagem focada na pessoa, no contexto local e na conexão entre distintos níveis de atenção. No Brasil, esse novo modelo foi afirmado com a Reforma Psiquiátrica e a implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fundamentando-se em princípios como universalidade, equidade, integralidade e participação da comunidade (BRASIL, 2001).

Conforme o Ministério da Saúde (2006), a atenção integral se refere a assegurar "acesso universal, justo e contínuo aos serviços de saúde", levando em conta todas as fases do atendimento — prevenção, promoção, tratamento e reabilitação. Esse entendimento abrange a saúde mental ao incorporar aspectos subjetivos, culturais e sociais que afetam o sofrimento emocional (Soalheiro, 2017).

Edgar Morin, por meio da Teoria da Complexidade, sugere que o cuidado em saúde deve levar em conta a complexidade dos fenômenos humanos, afastando abordagens simplistas. Assim, a atenção à saúde mental deve integrar aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, valorizando a individualidade de cada pessoa (Bedin & Scarparo, 2011).

Michel Foucault, em sua obra “História da Loucura”, investiga o processo pelo qual a loucura foi excluída e organizada dentro de instituições ao longo da história. Sua análise

sustenta os esforços de desinstitucionalização e a valorização de abordagens comunitárias, que são essenciais para uma atenção integral (Foucault, 1978; Alcântara; Vieira; Alves, 2022).

Franco Basaglia foi um dos grandes pensadores da reforma psiquiátrica na Itália, cuja influência pode ser observada no modelo brasileiro. Ele propunha o encerramento dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços alternativos fundamentados na liberdade, cidadania e no cuidado em ambientes de liberdade (Saraceno, 1990; Amarante & Lanceti, 2007).

Um outro autor relevante que tentou definir a saúde mental foi Canguilhem, que a caracterizava como um valor. Esse pensador argumentava que saúde não se resume à mera ausência de enfermidades, mas sim à habilidade de se adaptar e estabelecer novas normas diante de dificuldades. Essa perspectiva expande o entendimento de saúde mental para além dos diagnósticos clínicos, enfatizando a vivência subjetiva do sofrimento (Canguilhem, 1966; Alcântara; Vieira; Alves, 2022).

Diretrizes Institucionais

O Ministério da Saúde, através da Lei nº 10.216/2001, garantiu os direitos das pessoas que sofrem de transtornos mentais e modificou o modelo de atendimento para uma abordagem centrada no sociopsicólogo. As orientações para um modelo que assegura atenção integral abrangem: promoção e prevenção em serviços de saúde básica, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os serviços de urgência e emergência em saúde mental, além das residências terapêuticas e reintegração social. Esses aspectos estão descritos nas Diretrizes para um modelo de Assistência Integral à Saúde Mental no Brasil (ABP; AMB; CFM; FENAM; SBNp; PABP, 2020) e no documento oficial do Ministério da Saúde (ABP; AMB; CFM; FENAM, 2006).

De maneira resumida, a atenção global à saúde mental representa um modelo de cuidado que visa ultrapassar métodos isolados e focados apenas no diagnóstico e no tratamento biomédico. Este modelo sugere uma perspectiva abrangente, contínua, interligada e orientada para o indivíduo, levando em conta os diversos fatores que influenciam o sofrimento psicológico.

Os princípios fundamentais incluem: a) um cuidado focado na pessoa, que valoriza uma escuta atenta e o papel ativo do usuário, reconhecendo o sofrimento psíquico como algo único e contextual, além de sugerir práticas que respeitem a autonomia e os direitos humanos

(Foucault, 1978; Canguilhem, 1966); b) a continuidade do cuidado, que não se restringe a crises agudas ou internações, mas propõe um acompanhamento de longo prazo, estabelecendo um vínculo sólido entre o profissional e o usuário, buscando interligar diferentes setores da rede, como atenção básica, CAPS, hospitais gerais e residências terapêuticas; c) a intersetorialidade, que promove a cooperação entre as áreas de educação, assistência social, justiça e cultura. Essa abordagem reconhece que o sofrimento mental é afetado por fatores sociais, econômicos e ambientais, e incentiva a formação de redes de apoio comunitário e práticas adaptadas ao território (Soalheiro, 2017; Miranda, 2018).

O enfoque abrangente na saúde mental é uma área em contínua evolução, necessitando de uma integração entre conhecimentos, ações e políticas sociais. Com base nas ideias dos estudiosos citados, entende-se que o atendimento precisa ser diverso, adaptado ao contexto e focado no indivíduo. Romper com o modelo biomédico, além de promover redes comunitárias, proporcionar escuta atenta e adotar estratégias interdisciplinares, é fundamental para assegurar um cuidado respeitoso e eficiente.

Panorama da Saúde Mental no Brasil: Prevalência, Subnotificação e Barreiras de Acesso

A saúde mental estabelece-se como um dos maiores desafios para a saúde pública no Brasil. O aumento na incidência de doenças mentais, somado à subnotificação dos casos e aos obstáculos estruturais e sociais que dificultam o acesso ao atendimento especializado, cria um panorama complexo e alarmante. Este artigo oferece uma análise atualizada sobre esses fatores, fundamentada em dados epidemiológicos, pesquisas científicas e diretrizes institucionais.

De acordo com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa o primeiro lugar global em relação à prevalência de transtornos de ansiedade, com cerca de 9,3% da sua população impactada. Em relação à depressão, cerca de 12 milhões de brasileiros são afetados, o que representa a mais alta taxa na América Latina (Polanczyk, 2024).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em colaboração com a Universidade Johns Hopkins, divulgou uma pesquisa no *Journal of Adolescent Health* que revela que 1 em cada 7 adolescentes com idades entre 10 e 19 anos enfrenta algum tipo de transtorno mental, com a ansiedade e a depressão destacando-se como os mais comuns. Ademais, um número considerável de jovens vivencia um sofrimento psicossocial expressivo que, embora intenso, não se qualifica como um diagnóstico clínico. Essas informações e outras fazem parte de uma pesquisa recente que delineou um quadro da saúde dos jovens, com idades entre 10 e 19 anos.

Esse grupo inclui aproximadamente 1,3 bilhão de indivíduos globalmente, o que corresponde a cerca de 1 em cada 6 pessoas que estão vivas atualmente. O estudo, que apresenta uma análise de várias pesquisas divulgadas desde 2010, foi veiculado no *Journal of Adolescent Health* e apresentado em um evento especial da OMS na Cúpula do Futuro das Nações Unidas, em Nova York (Pimenteira, 2004).

No ano de 2024, houve 472.328 licenças relacionadas a problemas de saúde mental, representando um crescimento de 68% em comparação a 2023 (Ramirez, 2025). Vale ressaltar que a pandemia de COVID-19 intensificou os problemas de saúde mental, resultando em um aumento de até 90% nos casos de depressão em certos momentos (Polanczyk, 2024).

Embora a prevalência seja alta, as estatísticas oficiais não capturam adequadamente a verdadeira extensão dos transtornos mentais no país. A falta de registros ainda se constitui um desafio significativo. Uma pesquisa realizada pela UFMG e pela Universidade de Pelotas indicou que a subnotificação da violência psicológica contra mulheres é de 98,5%, da violência física é de 75,9% e da sexual é de 89,4% (Vasconcelos et al, 2024; UFMG, 2023).

Diversos casos de transtornos mentais não são documentados devido à falta de formação adequada dos profissionais, ao estigma social ou à inexistência de diretrizes claras (Marra, 2022; Gomes, 2024). Essa subnotificação prejudica o desenvolvimento de políticas públicas, a distribuição de recursos e a eficácia das iniciativas de prevenção e atendimento.

Impedimentos para Acesso aos Tratamentos Especializados

Vários elementos tornam o acesso da sociedade aos serviços de saúde mental um desafio. Entre eles, destacam-se a condição financeira limitada e o desemprego, que restringem a possibilidade de recorrer ao setor privado e dificultam a continuidade do tratamento (Dijalma, 2025). A desigualdade geográfica é outro fator, uma vez que as áreas urbanas têm uma maior concentração de serviços, enquanto regiões mais afastadas continuam sem atendimento (Barreto et al, 2025; Costa, Oliveira & Brant, 2024). Além disso, aspectos de natureza cultural e psicológica, como estigmas e preconceitos, constituem barreiras importantes, especialmente para homens e grupos vulneráveis (Branco et al, 2025). A carência de informações precisas sobre sintomas e opções de ajuda também prejudica a possibilidade de um diagnóstico precoce (Alerta Saúde, 2025).

Apesar das dificuldades enfrentadas, estão ocorrendo progressos significativos, como a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a implementação do matriciamento em saúde mental na atenção primária (Barreto et al, 2025); a criação de legislações, incluindo a Lei 14.831/2024, que exige que as empresas promovam a saúde mental nos locais de trabalho (Teschner, 2025); o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas como o NotiVIVA, um aplicativo voltado para a qualificação da notificação de casos de violência (Universidade Federal de Minas Gerais, 2023); além de iniciativas como o InovaSAM, que aplica inteligência artificial para a supervisão de leitos de saúde mental (Almeida, 2025).

O Papel do Clínico Geral na Transformação da Saúde Mental

Na estrutura atual dos serviços de saúde, o médico de atenção primária desempenha um papel fundamental na identificação precoce e no tratamento inicial de distúrbios mentais. A sua interação constante com os pacientes e a capacidade de ouvir atentamente possibilitam reconhecer sinais discretos de sofrimento emocional, que frequentemente estão disfarçados por reclamações físicas.

Embora, na maioria das situações, não atue como um especialista em psiquiatria, esse profissional ainda pode proporcionar intervenções significativas. Isso inclui o acolhimento e a escuta ativa, que, por demonstrar empatia, contribui para a redução de tensões e o fortalecimento do vínculo terapêutico. Além disso, a realização de uma triagem e uma avaliação inicial com ferramentas clínicas padronizadas (como PHQ-9, GAD-7 e CAGE) pode aumentar a precisão do diagnóstico precoce. O manejo de casos de leve a moderados, que abrange a prescrição de medicamentos psicotrópicos básicos e estratégias de suporte emocional, pode ser eficaz. Também é importante encaminhar adequadamente os casos que requerem uma atenção especializada, uma vez identificadas essas situações.

Assim, seu papel, em colaboração com a equipe multidisciplinar e sua disposição para o matriciamento na área de saúde mental, tende a aumentar a eficácia do atendimento, além de auxiliar na diminuição do estigma relacionado ao sofrimento mental.

Desafios e Dificuldades na Implementação na Prática Médica em Clínica Geral

Embora a atuação de médicos sem especialização seja fundamental, existem vários desafios que ainda impedem um atendimento completo em saúde mental. Esses desafios

incluem o estigma persistente, fazendo com que muitos indivíduos hesitem em compartilhar seus problemas psicológicos por receio de serem julgados, o que requer uma abordagem atenta e empática do profissional para ouvir relatos delicados. Além disso, a restrição de tempo durante as consultas, especialmente em serviços de saúde com grande demanda, compromete a capacidade de ouvir e investigar adequadamente questões emocionais.

É relevante mencionar a falta de formação adequada entre os profissionais, uma vez que muitos médicos clínicos não têm acesso a uma capacitação específica no que diz respeito à saúde mental. Essa lacuna pode levar a inseguranças na hora de tomar decisões. Além disso, a dificuldade em estabelecer conexões com serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), pode retardar intervenções essenciais. Por último, existem desafios culturais e sociais, incluindo barreiras linguísticas, crenças religiosas e desigualdades econômicas, que podem afetar o acesso e a adesão aos cuidados com a saúde mental.

Para enfrentar esses obstáculos, pode ser necessário dedicar mais esforços à educação continuada em saúde mental. Isso inclui a realização de treinamentos periódicos para os médicos da atenção primária, o que pode aumentar a eficácia e a segurança em suas práticas (ABP, 2024). É fundamental também fortalecer a colaboração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), uma vez que o trabalho conjunto com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços especializados certamente resultará em um atendimento mais eficiente e humano (BRASIL, 2011). Além disso, é importante considerar a implementação de protocolos clínicos e diretrizes que regulamentem e orientem as intervenções clínicas, como as Diretrizes para um Modelo de Assistência Integral em Saúde Mental, que visam padronizar e guiar a prática clínica (Ministério da Saúde, 2006).

Considerações Finais

A situação da saúde mental no Brasil continua a apresentar uma realidade caracterizada por sofrimento oculto, desigualdade no acesso aos serviços e instabilidade nas respostas das instituições. Para mudar esse quadro, é essencial que haja investimentos contínuos e urgentes em serviços públicos e na capacitação profissional, priorizando a descentralização da rede de atendimento em áreas vulneráveis. É fundamental combater o estigma e reconhecer a saúde mental como um direito humano, além de fortalecer a vigilância epidemiológica, utilizando dados confiáveis e atualizados.

A implementação de uma abordagem integral para a saúde mental requer que todos os profissionais da área se vejam como peças-chave no atendimento psicológico, incluindo os clínicos gerais. Para superar obstáculos como o preconceito, a carga excessiva de trabalho e a formação insuficiente, é fundamental valorizar a escuta atenta, a colaboração em equipe e a conexão com a rede de assistência psicossocial. O aprimoramento de estratégias como o matriciamento, a utilização de protocolos clínicos e o suporte a práticas comunitárias é um caminho promissor para elevar a qualidade dos atendimentos, promovendo um cuidado mais justo, contínuo e centrado no paciente. Apoiar e reconhecer a função do médico sem especialização em saúde mental é, portanto, um passo rumo a um sistema de saúde mais equitativo, eficaz e sensível às necessidades das pessoas.

O médico não especializado desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental no Brasil. Ao entender sua função como um profissional que ouve, acolhe e oferece cuidados iniciais, ele ajuda a desenvolver um modelo de atenção integral que se concentra na pessoa e em suas demandas. Reforçar o seu papel é crucial para assegurar um acesso universal e justo à saúde mental.

A saúde psicológica é um aspecto fundamental para o avanço social e humano. Priorizar essa área é atender às necessidades do Brasil.

Referências

ACRITICA.COM. Especialista alerta para principais sintomas de transtornos mentais em crianças e adolescentes. **Acrítica.com**, Julho, 2024. Disponível em: <https://www.acritica.com/saude/especialista-alerta-para-principais-sintomas-de-transtornos-mentais-em-criancas-e-adolescentes-1.378520>.

ALCÂNTARA, Vírnia Ponte; VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ALVES, Samara Vasconcelos. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciênc. saúde coletiva**, 27 (01) • Jan 2022 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.22562019>

ALERTA SAÚDE. Notificação e Subnotificação em Saúde: O Abismo Invisível que Afeta as Estatísticas no Brasil. **Alerta Saúde**, Maio, 2025. Disponível em: <https://www.alertasaude.com/notificacao-e-subnotificacao-em-saude-o-abismo-invisivel-que-afeta-as-estatisticas-no-brasil>.

ALMEIDA, Keyla. Programa nacional seleciona projeto do DF sobre monitoramento de leitos em saúde mental. **Jornal de Brasília**. Julho, 2025. Disponível em:

<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/saude/programa-nacional-seleciona-projeto-do-df-sobre-monitoramento-de-leitos-em-saude-mental/>.

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM), Federação Nacional de Médicos (FENAM), Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp). Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil. **PABP [Internet]**. 1º de dezembro de 2020 [citado 15º de julho de 2025];:1-36. Disponível em: <https://revistardp.org.br/abp/article/view/1190>

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM), Federação Nacional de Médicos (FENAM). **Diretrizes para um Modelo de Assistência Integral em Saúde Mental no Brasil**, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_assit_integral_final.pdf.

BARRETO, VLF; CALADO, ELC; SANT'ANNA, LMM; FRANCO, FS; ANJOS, L.O dos; TEIXEIRA, M.T.T; BRITO, O.E.de O.B.; SOUZA, E.S. de; SILVA, G.A.de; SOUZA, K. de B.S. Saúde Mental no Brasil: Desafios para Construção de Políticas de Atenção e Monitoramento de Seus Determinantes, **Ciências da Saúde**, Volume 29 - Edição 143/FEV 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-mental-no-brasil-desafios-para-construcao-de-politicas-de-atencao-e-monitoramento-de-seus-determinantes/>.

BEDIN, Dulce Maria; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. Integralidade e saúde mental no SUS à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin. **Psicol. teor. prat.** vol.13 no.2 São Paulo ago. 2011.

BRANCO, Y. R., CONCEIÇÃO, P. W. R. da, COÊLHO, D. E. M., COSTA, R. da S., NUNES, D. de S., FERREIRA, N. M. G., BEZERRA, M. dos S., SANTOS, M. C. M. P. e, SANTOS, K. S., SILVA, I. M. da, & NASCIMENTO, E. F. do. (2025). Barreiras de acesso enfrentadas por populações em situação de vulnerabilidade social aos serviços de saúde mental. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, 18(7), e19220. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.7-089>.

COSTA, Natália Veras Botelho da; OLIVEIRA, Bruna Paes de; BRANT, Jonas Lotufo. Barreiras de acesso aos serviços de saúde mental no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Anais**. 9º Congresso Brasileiro de Saúde Mental. Associação Brasileira de Saúde Mental. Novembro, 2024. Belém – Pará. Disponível em: <https://www.congresso2024.abrasme.org.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9UUkFCQUxIT1wiOlwiNzAzN1wifSIsImgiOiJkMTE5ZjQwNW4YTg5NDJhMzBmY2VmMzcwZGUxMDg3OSJ9>.

DIJALMA, Manoel. Desigualdades Socioeconômicas e Acesso à Saúde Mental: Um Desafio Real . **Psi**, Maio, 2025. Disponível em: <https://psicurtir.com.br/desigualdades-socioeconomicas-e-acesso-a-saude-mental-um-desafio-real/>.

GOMES, Rebecca Nascimento da Silveira. Subnotificação de Violência em Serviços de Saúde Mental: Reflexões e Desafios. **Revista Saúde em Redes**, v. 10, Supl. 2 (2024) - Editora Rede Unida - DOI: 10.18310/2446-48132024v10nsup2.

MARRA, Letícia. Subnotificação mascara a realidade da saúde mental no país, afirma psicólogo. **JM on Line**, Dezembro, 2022. Disponível em: - <https://jmonline.com.br/cidade/subnotificac-o-mascara-a-realidade-da-saude-mental-no-pais-afirma-psicologo-1.208041>

Ministério da Saúde. **Diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental**. Brasília: MS, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_assit_integral_final.pdf

Ministério Público Federal (MPF). **Relatório sobre saúde mental no SUS**. GT Saúde, 2022. Disponível em:

MIRANDA, Lilian. Desafios para o cuidado integral: saúde mental na Atenção Primária em Saúde. **Trab. educ. saúde**, 16 (2) • May-Aug 2018 • <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00134>.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório Mundial de Saúde Mental: transformando a saúde mental para todos**. OMS, 2022. Disponível em: <https://saudelages.sc.gov.br/files/documento/1/20240813100141.pdf>.

PIMENTEIRA, Celso Prudêncio . OMS: 1 em cada 7 adolescentes sofre com transtornos mentais. **Celso Prudêncio**, outubro, 2024. Disponível em: <https://celsourologista.com/oms-adolescentes-sofre-com-transtornos-mentais/>.

POLANCZYK, Guilherme. Saúde mental no Brasil: dados e panorama. **Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP**. Abril, 2024. Disponível em: <https://ipqhc.org.br/2024/04/15/saude-mental-no-brasil-dados-e-panorama/>.

RAMIREZ, Élida. Saúde mental deve ser compromisso das empresas. **Movimento Minas**, Julho, 2025. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/mm2032/saude-mental-deve-ser-compromisso-empresas/>.

Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES/SPAS). **Nota Técnica nº 01/2021 – AMENT**. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/310913>

SOALHEIRO, Nina. Saúde Mental para a Atenção Básica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. 249

TESCHNER, Sandra. Como preparar sua empresa para a Lei da Saúde Mental em 5 passos, **Terra**, Julho, 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/como-preparar-sua-empresa-para-a-lei-da-saude-mental-em-5-passos,8146a5db296c40626dacfc69ecbaef23te4umtb6.html>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. Pesquisa mostra alto índice de subnotificação de violência contra mulheres. **Departamento de Enfermagem da UFMG**. Outubro, 2023. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-mostra-alto-indice-de-subnotificacao-de-violencia-contras-as-mulheres-no-brasil>.

VASCONCELOS, Nádía Machado de; BERNAL, Regina Tomie Ivata; SOUZA, Juliana Bottoni de; BARDONI, Polyanna Helena Coelho; STEIN, Caroline; COLL, Carolina de Vargas Nunes; MURRAY, Joseph; MALTA, Deborah Carvalho. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. **Ciênc. saúde coletiva** 29 (10) • Out 2024 • <https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.07732023>.



Recebido: 30/05/2025. Aceito 17/06/2024; Publicado em: 31/05/2025.